



Perspectivas e desafios para a região do Matopiba

O acrônimo Matopiba designa uma região geográfica que recobre alguns municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Figura 1). Considerada a última fronteira agrícola brasileira, é resultante da expansão do agronegócio e do avanço de um modelo de produção altamente mecanizado, amparado sobre critérios de excelência e competitividade, que faz uso de tecnologias modernas. É sob esse panorama que o Matopiba – responsável, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, por 10% da produção nacional de grãos – tem a perspectiva de triplicar a produção e expandir a área plantada nos próximos anos.

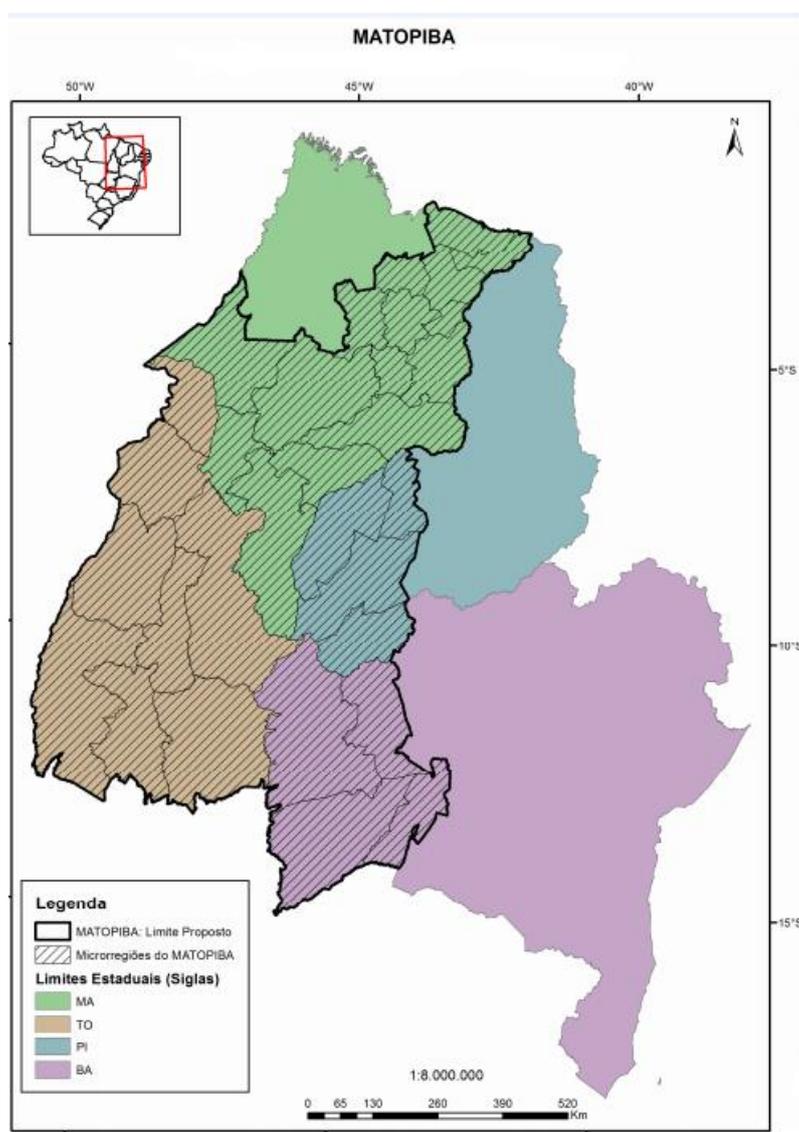


Figura 1 – Proposta de delimitação territorial da região do Matopiba. Gite, Embrapa.

O Matopiba está delimitado em uma área de 73,07 milhões de hectares onde vivem mais de seis milhões de habitantes. A região é composta por 337 municípios, dos quais 135 são provenientes do estado do Maranhão, 139 do Tocantins, 33 do Piauí e 30 da Bahia. Todos esses municípios estão distribuídos em 31 microrregiões geográficas que abrigam 324.326 estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e 34 áreas quilombolas. A presença de áreas planas, condições edafoclimáticas adequadas para cultivos de grãos, proximidade de terminais portuários, terras comparativamente de baixo valor comercial, possibilidade de escoamento da produção por meio de outros modais de transporte – alternativos ou complementares ao modal rodoviário – e perspectiva de diminuição de custos de produção em função de melhorias de capacidade logística a serem implantadas nos portos do Arco Norte tornam a região promissora e atrativa do ponto de vista do agronegócio.

Alguns fatores, porém, a distinguem das demais fronteiras agrícolas, sobretudo das regiões ocupadas no Cerrado brasileiro entre os anos de 1950 e 1980. Primeiramente, a região não é resultante de uma política nacional de interiorização com intuito de preencher vazios demográficos. Não é mais necessário desmatar vastas áreas para erigir novas cidades. A ocupação recente tem se dado principalmente em espaços já consolidados demograficamente, de menor valor econômico, mas propícios à exploração agropecuária.

Outro aspecto é que as condições que permitiram o desenvolvimento de outras fronteiras agrícolas a partir da década de 1970 já estão consolidadas. Atualmente, há um vasto estoque de conhecimento sobre agropecuária e uma plêiade de tecnologias à disposição dos produtores. Em 1970, a pesquisa agropecuária no país dava os primeiros passos e a produção agropecuária brasileira estava calcada em um modelo de baixíssima produtividade. Desde então, o Brasil se modernizou e já não é mais um importador de alimentos, tornando-se referência internacional na produção de grãos, fibras, carne e energia, detendo domínio tecnológico capaz de suprir as demandas do campo e permitir a produção em larga escala.

Um terceiro fator diz respeito ao aspecto ambiental. Num contexto em que a preocupação quanto ao meio ambiente não estava colocada, a construção de cidades e a exploração agropecuária em outras fronteiras agrícolas se deu ao custo de um grande passivo ambiental estimulado pelo desmatamento e pela exploração desmesurada de madeira. Nos dias de hoje, esse contexto é praticamente impensável. A crescente preocupação com as questões ambientais, e em particular com o aquecimento global e a possibilidade de ocorrerem mudanças climáticas nos próximos anos, lançou desafios a serem enfrentados nos sistemas agrícolas e pecuários. Atualmente, a produção agropecuária brasileira é reconhecida internacionalmente por conjugar alta produtividade com respeito ao meio ambiente. E é sob essa ótica que se vislumbra o ideário produtivo do Matopiba, uma região que até a década de 1980 era reconhecida por praticar, preponderantemente, uma pecuária de forma extensiva, mas que atualmente tem a possibilidade de se pautar por um outro modelo de desenvolvimento, capaz de conciliar aspectos sociais, ambientais e econômicos.

No tocante a aspectos sociais, de acordo com o último levantamento realizado pelo IBGE, em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) da região foi de R\$ 84 bilhões de reais, sendo 74% desse total provenientes dos municípios dos estados do Maranhão e Tocantins. A renda *per capita* do Matopiba é de R\$ 13.269,33, valor abaixo do obtido pela população do Nordeste brasileiro – que é de R\$ 14.329,12 e cujo valor é o menor entre as regiões brasileiras – e muito inferior à renda *per capita* do Brasil, que é de R\$ 28.500,24. A renda *per capita* dos municípios que compõem o estado do Maranhão é a menor da região, apenas R\$ 9.822,00. Os municípios baianos, por sua vez, embora

em número menor na conformação espacial da região, apresentam renda *per capita* de R\$ 20.368,78 e estão à frente da renda *per capita* dos municípios do Tocantins (R\$ 17.495,64) e do Piauí (R\$ 15.513,63).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – que varia entre 0 (menor desenvolvimento humano) e 1 (maior desenvolvimento humano) e leva em consideração as estatísticas públicas oficiais divulgadas sob o âmbito da saúde, da educação, do emprego e da renda –, a região tem apresentado progresso nos últimos anos. Até a década de 1990, semelhantemente ao que ocorria na maioria dos municípios brasileiros, todos os do Matopiba apresentavam IDHM muito baixo (entre 0 e 0,499). Na década de 2000, embora tenham havido melhorias das condições de vida da população brasileira em função da estabilidade monetária, ainda assim 88,5% dos municípios que fazem parte da região apresentavam IDHM muito baixo. Até então, nenhum município apresentava IDHM alto, acima de 0,7. Somente os municípios tocantinenses de Palmas, Paraíso do Tocantins e Gurupi possuíam IDHM médio (entre 0,6 e 0,699). A partir de 2010, com os benefícios sociais resultantes das políticas de transferência de renda, estabilidade financeira e crescimento econômico, houve uma nova conformação no quadro social da região do Matopiba, fazendo com que grande número de municípios, até então considerados com IDHM muito baixo, passassem a figurar entre IDHM baixo (entre 0,5 e 0,599) e/ou médio. Nesse período, apenas os municípios maranhenses de Fernando Falcão, Jenipapo das Vieiras e Satubinha ainda apresentavam IDHM muito baixo. A partir de 2010, 13 municípios (dez deles situados no Tocantins, dois na Bahia e um no Maranhão) entraram para o rol daqueles com IDHM acima de 0,8, considerado de alto estágio de desenvolvimento social.

Apesar de ser uma região geograficamente consolidada, são inúmeros os desafios e as perspectivas para o Matopiba. Seu desenvolvimento requer uma estratégia que promova a participação de diferentes instituições na tomada de decisões. Pensando nisso, o governo federal lançou em 2015 o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população da região. O plano prevê a criação de um Comitê Gestor que será responsável, entre outras funções, por implementar programas, projetos e ações que incentivem o desenvolvimento agrícola e pecuário da região. A Embrapa, por sua vez, detém atuação estratégica neste Plano de Desenvolvimento, pois, com o apoio de uma equipe de profissionais de diversas áreas de diferentes centros de pesquisa espalhados pelo país, é responsável por propor soluções, visando à geração de tecnologias, produtos, processos e serviços capazes de aumentar a produtividade, reduzir custos, minorar os impactos ambientais e proporcionar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável para esta importante região do Brasil.

Ernandes Barboza Belchior

Sociólogo, Pesquisador da área de Socioeconomia – Embrapa Pesca e Aquicultura
ernandes.belchior@embrapa.br

Pedro Henrique Rezende Alcântara

Zootecnista, Analista da área de Transferência de Tecnologia – Embrapa Pesca e Aquicultura
pedro.alcantara@embrapa.br

Cláudio França Barbosa

Zootecnista, Analista da área de Transferência de Tecnologia – Embrapa Pesca e Aquicultura
claudio.barbosa@embrapa.br